

Junho e nós: uma leitura de Paulo Arantes

Natália Rodrigues¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre como o pensador Paulo Arantes compreende o maior movimento de massas da história brasileira, isto é, as Jornadas de Junho de 2013. Para isso, recorreremos a dois de seus ensaios, *Depois de junho a paz será total* (2014) e *Antes que seja tarde de mais: de Junho a outubro* (2022). Para esse propósito, começaremos apresentando algumas questões que consideramos fundamentais para a compreensão do período e que são mobilizadas no filme *#egoraoque*(2020) do cineasta Jean-Claude Bernadet. Buscaremos com esse movimento destacar o papel que o “nós” adquire no filme, haja vista que ele parece ser o fio condutor em torno das demais questões que compõem o filme. Levantada essa questão, vamos a análise dos ensaios, destacando como os impasses do filme encontram-se também na crítica de Arantes que “pensando dentro de outras cabeças; e na dele”, coloca elementos fundamentais que remetem não diretamente ao “nós” que aparece no filme, mas que lança luz a questão e aos impasses que a esquerda se encontra.

Palavras chaves: esquerda, Junho de 2013, nós.

June and us: a reading in Paulo Arantes

In this work, we discuss how the thinker Paulo Arantes understands about the bigger mass movement of Brazilian history, that is, the Journey of 13 June. We run into two of his essays, 'After June the total peace will be reached (2014)' and 'Before it is too late : from June to October (2022)'. With this purpose, we begin presenting some questions that are fundamental to the comprehension at this time, and also mobilized in the movie *#ANDthenwhat* (2020) of the director Jean-Claude Bernadet. We seek to point out the role of "us" in the movie, considering that this term seems to be the conductor of the addressed questions. We analyze the essays, highlighting how these issues are found in the Arantes criticism that "thinking inside the other heads; and his", makes fundamental elements that refer not directly to "us" that appears in the film, but that sheds light on the issue and the impasses that left-wing find.

Keywords: Left-wing; 13 June; us.

1 Doutoranda em Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: natecoufcg@gmail.com

Junho e nós: uma leitura de Paulo Arantes

À boca pequena, os feras agora cochilam que só eu posso remendar essa colcha esfarrapada. Modéstia parte, talvez possa. Mas daí a fazer disso tudo um país passável, que não seja um Frankenstein à luz do dia, vai um trabalho que é difícil até de imaginar. Para minha glória e vexame dos que mandaram me prender, serei convocado, ou melhor, reconvocato – sem ter ideia do caminho. Para terceirizar o fracasso? Me tragam sugestões. Ignorante é quem não quer aprender. Gostaria de não ser vaiado na saída./ Entra o carcereiro e solta o rei.

Roberto Schwarz in: A Rainha Lira

Em *#eagoraoque* filme produzido em 2020 pelo cineasta Jean-Claude Bernadet temos uma ilustrativa amostra dos impasses que a esquerda contemporânea se encontra, expresso fundamentalmente na figura do intelectual engajado que - sob a mais profunda boa-intenção - vai às pessoas (muito sob insistência de sua filha) na tentativa de forjar um “nós”, sobretudo, “antes que seja tarde”, isto é, antes que o destino desse “nós” - repetido dezenas de vezes no filme - seja semelhante aquele lugar onde a união se deu: nas valas comuns dos mortos pela ditadura onde estavam “operários, intelectuais, pobres e pretos”. Este esforço de composição se configura em torno de questões que atravessam o imaginário da esquerda ao menos desde Junho de 2013: formas e limites das organizações tradicionais quando defrontadas com as questões de gênero, raça e sexualidade; a militarização da vida; a ingovernabilidade da sociedade brasileira; o empreendedorismo como “saída de emergência para o colapso da sociedade salarial no Brasil e no mundo” (Arantes, 2014, p. 375) – “o banco somos nós, pessoas da comunidade” diz a moradora e gestora do Bando Sampaio que opera sob “uma moeda própria” e que fornece auxílio à população local; a conceituação em torno da política e do político - “o corpo é político”, “a arte é política” - “tudo é político”, diz o pai sindicalista ao filho intelectual; a convivência entre bolhas como saídas para o fim de linha atual - “tem sido muito bom viver na minha bolha, com outras mulheres lésbicas, negras, bissexuais”, relata a jovem estudante em mais uma das rodas feministas onde reina o jargão *o pessoal é político*, construído como espaço de escuta ao menos desde 1960² Aparece

2 Como se sabe, o jargão “o pessoal é político” é o título famoso de um texto/manifesto escrito pela feminista Carol Hanish em 1969 nos EUA. A ideia era a de que com esse mote se poderia contrapor as organizações de esquerda tradicionais que viam os problemas da violência doméstica e o assédio sexual como menores aos de “classe”. Bell Hooks, no entanto, no ensaio pouco lido e muito menos debatido *Política feminista: um comentário*, põem uma pá de cal na formulação bem-intencionada de Hanish cujo espírito-manifesto segue ocupando corações e mentes ainda hoje. Hooks nos mostra que devido à cultura de dominação capitalista ser necessariamente narcísica, buscar politizar as mulheres a partir do ‘eu’, do ‘próprio corpo’, do ‘pessoal mais conhecido como privado’, é um erro fatal, afinal, essa mesma sociedade na qual Hanish busca se contrapor, subjetiva as pessoas a pensarem somente em si própria, supondo-se é claro conhecer-se a si mesma. O jargão, neste sentido, casava muito bem com a armadilha da cultura narcísica de dominação, e que objetivamente nada fazia para que as mulheres buscassem compreender o significado do político, tampouco da “conexão entre a pessoa a realidade material mais ampla”(HOOKS, 2019,p. 220). De maneira resumida, poderíamos dizer que a crítica de Hooks aponta a veleidade do jargão no momento mesmo em que ele brota da mais profunda boa intenção das feministas brancas norte-americanas do fim dos anos de 1960. É claro que Hooks reconhece o lugar necessário de compartilhar experiências pessoais, traumas, dentre outras moléstias que acometem as mulheres, no entanto, adverte a autora, para que não se caia nas *armadilhas da*

ainda o questionamento se a esquerda fala a língua do povo; e enfim, a ida do intelectual ao povo. De maneira geral, o encontro consiste no seguinte: uma roda de conversa entre um professor universitário, jovens e um homem de meia idade. Todos são pretos e periféricos, com exceção do professor. Os assuntos são variados, desde a “revolução” que aconteceu nas cadeias quando a facção chegou, - testemunha o mais velho: “acabou a extorsão de preso”, “acabou a violência sexual”, “com os estatutos trouxeram ordem pras quebradas pra periferia”³, até perguntas por parte do professor a respeito do “que seria o Estado”, ou mesmo se “o pensamento não é isso, tentar fazer esse esforço meio maluco de tentar pensar a partir da experiência do outro?” Da mudança efetiva na vida do “povo sofrido” com discorre o homem de meia idade e que foi tecida desde a facção, isto é, organizada desde dentro das quebradas, mas que com o passar dos tempos “acabam se desvirtuando” vamos à metafísica em minutos. Entre um e outro é claro, a verdade do mundo realmente existente: “foda-se pra mim o que é o Estado”, “eu o parceirinho ali da biqueira ninguém sabe o que é o Estado”, “talvez a gente saiba mais o que é a ausência”, neste passo - e como se não bastasse tamanho disparate para “nós” bem-intencionados que fomos até “as pessoas” - arremata um segundo jovem: “é perda de tempo divagar sobre essas paradas”, “quem comunica no dia a dia”?

É no meio deste emaranhado de questões que esse trabalho se coloca, menos como tentativa de responder as problemáticas mobilizadas ao longo do filme, e mais como um esforço de reflexão sobre esse “nós” veementemente posto pela esquerda progressista brasileira. Para isso, recorreremos a dois ensaios, *Depois de Junho a paz será total* (2014) e *Antes que seja tarde de mais: de Junho a Outubro* (2022), ambos de Paulo Arantes. Com eles, procuraremos mostrar como desde ao menos Junho de 2013 até a eleição de Jair Bolsonaro, a Política volta à cena, a despeito da esquerda, seja ela anticapitalista ou institucional tanto faz, mas agora nas mãos de uma extrema direita largamente constituída na história brasileira, mas que adquire com o bolsonarismo uma feição inédita, qual seja: aquela em que sabe que o chão em que se pisa é o da guerra permanente e que nesta não há espaço para todos como a esquerda progressista tenta mobilizar com o discurso de integração ilustrado no “nós”, e que neste sentido comunica pouco ou quase nada com as pessoas comuns que experienciam na pele o malogro das ideias bem-intencionadas.

Antes que avancemos o sinal, voltemos a Junho de 2013. No ensaio *Depois de Junho a paz será total* (2014), Arantes faz uma longa lembrança dos acontecimentos que se antepuseram ao quebra-quebra de Junho, dentre os quais as diversas “tecnologias sociais”(Arantes, 2014, p.344) advindas desde 1993 com o pioneirismo do “dispositivo pacificador” (Arantes, 2014,p.355)

identidade (para usar outro jargão mais recente), é fundamental compreender quais são os vínculos das experiências pessoais com as relações- econômicas, raciais e de gênero – de dominação, o que implica necessariamente um esforço crítico que empurre as feministas para fora deste ‘eu’ cada vez mais neoliberal.

3 Um estudo pioneiro que vai de encontro a fala do filme e que na contramão de toda a sociologia de então, foi feita pelo pesquisador Gabriel Feltran, no já célebre, *Irmãos: uma história do PCC* (2018).

encarnado na figura ilustre do Betinho mediador incomparável nas relações-públicas, nas palavras do próprio: “a obra do teleférico do Complexo do Alemão, quem mediu para traficante não destruir fui eu. Eu sentei com o Tota, que era o todo-poderoso do Comando Vermelho, e com o Luciano Pezão (vice-governador), e não foi dado um real para traficante”⁴(Arantes, 2014,p.355). Desta mediação pela paz para a formulação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) não demorou muito, afinal, essa foi a saída encontrada para a realização dos fartos investimentos em regiões estratégicas do território carioca que estava pra receber megaeventos sob o relevo entretanto, de uma cidade cada vez mais “fraturada e à beira do abismo”(Arantes, 2014, p.356). O que leva Arantes a notar que “o que realmente intriga é o traço bizarro que liga os pontos, a vida serena nos territórios pacificados num extremo, o som e a fúria das ruas de Junho do outro” (Arantes, 2014, p. 356). É claro que muita coisa já se passou desde a implementação das UPPs até os dias de hoje, no entanto, àquela altura, ainda sob os ventos de 2013, poucos eram os trabalhos que colocavam uma pá de cal nos projetos de pacificação. Neste esforço Arantes destaca o trabalho de desterrados cariocas que sob o olho do furacão viram nas UPPs desde o seu nascimento uma nova forma de controle, mais precisamente “a administração armada da vida”⁵, onde, “espaços de exceção”, “os protocolos da resistência seguida de morte” isto é, “a autorização para matar”(Arantes, 2014,p.362) corriam solto. Dentre as novidades de Junho e este movimento de pacificação estaria o diagnóstico feito pela advogada Gabriela Azevedo e que Arantes se apoia, qual seja: “esses espaços de exceção – antes restritos aos circuitos de rejeição da pobreza estigmatizada – vazaram para a rua política ante a surpresa intolerável da desobediência recalcitrante e incivil”⁶ (Arantes, 2014,p. 363)

O fio tortuoso que Arantes tece entre as UPPs e Junho de 2013 nos faz ver o “sexto sentido punitivo” (p.356) que a esquerda progressista carrega no seu bojo, quando na mais das boas intenções, encontram nas UPPs a “fórmula mágica para a paz” (Arantes, 2014,p. 364). Afinal, lembremos como alguém como Marcelo Freixo, próprio Partido dos Trabalhadores dentre outros⁷ apoiaram o projeto de pacificação. Não só isso, Arantes nos mostra como as UPPs se configuraram como uma saída preventiva “de uma emergência maior e não sabida, e não obstante a caminho”(p. 364), isto é, a razão de ser das pacificações, revelaram-se oito anos depois com Junho de 2013. Nas palavras de Arantes “os bárbaros chegaram. A fantasia punitiva dos pacificadores só parecia tresloucada por ser exata. É que os tempos estavam trocados, bem como a ordem de chegada dos personagens em cena”(Arantes, 2014,p. 364). O fundamental a esta altura do texto é compreender

4 “O AfroReggae só atua onde ninguém quer atuar”, entrevista de Eduardo Sá com Zé Junior, Caros Amigos, n.186, set. 2012, citado por Arantes (2014).

5 BRITO, Felipe; DE OLIVEIRA, Pedro Rocha (Ed.).Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. Boitempo Editorial, 2013.

6 Arantes glosa também a argumentação de Giuseppe Cocco em entrevista a Patrícia Benventurini, “Abrir-se para a onda”. Brasil de Fato, 22 out. 2013, p. 4. Citado por Arantes.

7 Pedro Rocha de Oliveira desenvolve em *As razões do negacionismo* (2021) desenvolve um pouco mais sobre esse lamentável juízo de Marcelo Freixo.

que com as UPPs passou-se a representar neste tempo do mundo, isto é, no capitalismo contemporâneo uma espécie de “trabalho social armado”(Arantes, 2014,p.367), onde o soldado passa a ser não só ser aquele que leva a segurança contra os bandidos, os traficantes, os milicianos, mas também aquele que realiza “atividades como educadores ou animadores sociais, oferecendo alguma atividade esportiva, recreativa e de esforço escolar para as crianças”(Livia apud Arantes, p. 372). Na imagem destacada por Felipe Brito em ocasião dos duzentos anos da Polícia Militar do Estado do Rio, um camburão entra na favela, “abre a caçamba, de onde surgem médicos, professores e assistentes sociais” (Brito apud Arantes p.). Com este processo, estabelece-se um “dispositivo de substituição de comando na fabricação social de um produto novo no mercado de políticas públicas, ou seja, a favela pacificada.” (Arantes, 2014,p. 371), onde o processo de autoempresariamento sem fim toma conta das favelas, agora pacificadas.

Seguindo a pista de nosso autor, o aviso de incêndio de Junho de 2013 estava sendo pelas UPPs, afinal, mais do que vencer uma batalha, interessava “pacificar populações” (Arantes, 2014, 367). O curioso aqui é que todo esse mecanismo absolutamente violento como se sabe funcionava nos termos do nosso autor como uma *contrainsurgência sem insurgência*, afinal, como o próprio autor demonstra nem os traficantes e nem a geração espoliada que vive há anos sob o julgo dos traficantes e das milícias, e que encontram na informalidade meios de prover a vida, representavam uma ameaça efetiva que levasse a uma ruptura com a ordem estabelecida. Vejamos o caso dos primeiros e que nosso autor, apoiando-se no trabalho do pesquisador Eduardo Tomazine⁸, diz:

o pessoal do ‘movimento’ não é nem de longe ‘insurgente’, mas de fato os elos mais fracos – daí a violência – do circuito internacional do comércio de drogas e armamentos. Sua anomia é conformista, e embora desafiem o monopólio estatal do uso da violência dita legítima, como gostam de recordar os sociólogos ofuscados pela evidência de que o Estado está voltando a ser o que sempre foi, um bando armado que vende proteção, nunca cogitaram enfrentá-lo pra valer (Arantes, 2014, p.369)

Já os segundos, “a geração perdida”⁹ da população favelada também não entram na fila dos insurgentes, pois assim como “nas ruas mais obscuras e violentas de Porto Príncipe”, eram (e seguem sendo) apenas cidadãos pobres e desamparados, de modo que conforme diz Tomazine e que glosa Arantes, “considerá-la potencialmente insurgente é encarar seriamente a contrapartida de não haver no Brasil um verdadeiro inimigo interno”(Arantes, 2014, p. 370). Desnecessário dizer que isso não significa que essas populações não se mobilizam, brigam, tocam fogo em pneus dentre tantas outras manifestações que assolam a vida dessas pessoas¹⁰. Somado a isso, há todo um debate

8 Trata-se do texto A doutrina da pacificação. Disponível em: [A “doutrina da pacificação” | Passa Palavra](#) . Último acesso 30/05/2023.

9 A expressão como lembra Arantes é dada por um oficial do Bope em uma conversa reportada por Eduardo Tomazine. (Arantes, 2014, p. 369)

10 O destaque como estamos tentando demonstrar é aquele que gira em torno da pacificação, do ‘cidadão’ da polícia e como descreveremos adiante: um produto de mercado novo – a favela pacificada.

em torno da natureza dessa (contra)insurgência, inclusive nas suas ambiguidades mas que não nos cabe recompor aqui. Mais importante é destacar que a observação de Arantes de que o desenvolvimento desigual das periferias urbanas fazem com que as pessoas que vivem nestes locais tornem-se cidadãos – o destaque aqui é este estatuto não ocorre mediante os velhos mecanismos de praxe, tais como o “trabalho regulamentado herdado do imaginário trabalhista forjado na Era Vargas” (Arantes, 2014,p.385), na contramão disso, e apoiando-se no trabalho de Holston¹¹, as pessoas na cidade passavam a se organizar com a autoconstrução das casas entre anos de 1970 e 1980, mas com o decorrer anos, foram paulatinamente desmobilizadas, agora pelo Estado gerido pelos progressistas da vez, que entrava com tudo junto ao “o complexo imobiliário-financeiro, encerrando o ciclo épico da cidadania insurgente” (Arantes, 2014,p. 385). Dito de outra maneira, “os pobres foram aconselhados a parar de fazer autoconstrução e mutirão, meios arcaicos de se produzir moradia no mundo da mercadoria, para se tornarem compradores, a prazo e com certo subsídio, da mercadoria-moradia” (Fiori, Pedro apud Arantes p.386).

De Cidadania Insurgente, passaríamos segundo nosso autor para Cidadania Regulada (p.387), e então veio Junho, também sob a rubrica da insurgência mas agora seguida de uma “série de atos profanatórios”¹² (Arantes, 2014 p.390). Também aqui, nosso autor discorre longamente sobre essa questão da profanação, que como se sabe é bastante mobilizada na história da filosofia, sendo autores fundamentais Walter Benjamin e Giorgio Agambem¹³. O crucial neste ponto é compreender que ainda que o horizonte de emancipação tenha cada vez mais se encurtado, ao ponto de que “nenhum tesouro expropriado” tende “a ser recuperado das entranhas em decomposição do capitalismo”, sendo impossível portanto, o “uso não contaminado” (Arantes, 2014, p.393) das coisas, a exemplo dos jogos e brinquedos que nas mãos das crianças, tornam-se “bugigangas quaisquer” (Agamben apud Arantes, p. 392), independente à esfera que pertencem, ou ainda o “livre uso do mundo” tal como os franciscanos advogavam, sem que este uso venha a ser o direito de propriedade. O que toda essa digressão tem a ver com Junho de 2013? Justamente neste tempo, abre-se uma brecha que parece romper, ou correr por fora da esfera do direito. Em que sentido? Naquele mesmo que a socióloga Silvia Viana fornece em seu célebre livro *Rituais de Sofrimento*(2013). No trabalho já consagrado nos reality shows, a socióloga nos mostra que os espetáculos assistidos e comentados muito mais do que divertimento barato ou algo que o valha no rol das banalidades que se faz quando se busca fazer crítica cultural, representam em última instância o “mundo do trabalho”, claro que aqui, Arantes faz referência a este jargão, mostrando-nos que o mesmo já não forma mais mundo algum, tal como é largamente estudado na sociologia

11 A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia (São Paulo, Companhia das Letras, 1993)

12 Arantes destaca o artigo de Silvio Meidei Silvio Mieli, “black blocs”, brasil de fato, 25-31 jul. 2013, p. 3. Primeiro à lançar luz sobre Junho.

13 *O capitalismo como religião* de Benjamin e *Profanações* de Agamben. Ambos publicados pela editora Boitempo, o primeiro em 2013 e o segundo em 2007.

especializada. O fundamental neste *realities*, é que a disputa de uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais frangalhos, o objetivo daquele que o busca não é mostrar-se o melhor, mas eliminar o outro. É dentro desta “agonia do trabalho descartável”, que emerge uma cena memorável, e cuidadosamente refletida pela autora. Uma participante quando exposta a uma situação extrema de sofrimento, bastante comum nas distintas partes que compõem o jogo age de maneira inédita: “não pediu para sair nem foi eliminada. Ela simplesmente saiu. Não fez discursos, não brigou, não exigiu nem acusou. Fez suas malas e saiu. Não aceitar as porradas da vida? Profanação.” (Viana apud Arantes, p.399). É tendo em mente essa cena que Arantes nos diz que os atos de junho “realmente foram: profanações cometidas por gente sem nome que não está nem pedindo pra sair nem aceitando as porradas da vida” (Arantes, 2014, p. 400). E que portanto, rompe-se uma porta fechada no tortuoso capítulo da história brasileira, possibilitando um acontecimento muito peculiar que (re)coloca a Política em cena. A questão se complica, quando nosso autor coloca o que ele mesmo chama de “reticência objetiva” em torno da isca que rodeia o “tudo pelo transporte coletivo”(Arantes, 2014, p. 411). Vejamos como o argumento se coloca.

Ao leitor atento, talvez não seja necessário explicitar que Arantes não faz parte daqueles que viram em Junho algo como apenas um ato juvenil, rebelde ou algo pueril. Ao contrário, nosso autor, destaca como uma porta – a qual estamos nos encaminhando – se abriu com as jornadas de Junho de 2013. Há longas páginas no corpo do texto que demonstram a atenção do autor às falas, aos textos, as elaborações que os próprios militantes e organizadores das manifestações elaboravam, sempre no intuito de, como se sabe, compreender o espírito do tempo que num mundo cada vez mais sem espírito, mesmo à revelia dos mais cétricos, parece ter retornado. Voltando à reticência objetiva, Arantes indaga se o horizonte de junho – inédito porque fora autoconvocado (diferente das diretas já e dos caras pintadas), além de ter se configurado como o maior movimento de massa da história brasileira, sem que tenha sido necessário uma organização de massa – é aquele em que a Tarifa Zero “e o seu componente utópico” se configuraria como “a prática concreta de gestão popular?”, acrescenta o autor “insurgência passou a rimar com gestão?”(Arantes, 2014, p. 423), seria o caso de uma “gestão sem governo? (...) simplesmente não queremos mais ser governados, ou não mais assim?” (Arantes, 2014, p.424) O ponto aqui, como o próprio autor destaca é que “quase tudo gira em torno desse *assim*.” (Arantes, 2014, p. 424), o que nos leva ao seu segundo texto *Antes que seja tarde de mais: de Junho a Outubro* (2022).

Passado quase dez anos, às vésperas das eleições de 2022, Arantes retoma o fio de Junho, acrescentando agora novos elementos, mas que entrecruzam o desejo de parte significativa da população brasileira que ao menos desde Junho apontava não querer mais ser governada “assim”, conteúdo ainda por decifrar. Nos estilhaços de possibilidades que se abriram em Junho e que se estendem de forma perene no tecido social brasileiro, um setor maior da população brasileira - para

além dos povos indígenas, a população periférica, preta e lgbt – passou a experienciar algo que se assemelha ao fim do mundo e que acomete desde tempos imemoriáveis o “público-alvo” no linguajar das políticas públicas implementadas nos governos progressistas. Do *boom* de commodities, da retirada do Brasil do mapa da fome “deu-se um revertério que até hoje não se cicatrizou.” (Arantes, 2022, p. 123). Arantes neste momento apresenta Junho ao leitor como uma Esfinge, bifronte, haja vista que enquanto uma “brecha libertária se abria”, no mesmo passo surgia “a cara medonha de um poder delinquente”(Arantes, 2022, p.123). Haverá sempre aqueles tomados pelo espanto, que insistirão na ideia fácil de que aqueles que se manifestavam de forma confusa nas jornadas de junho revelaram ser o que sempre fora, isto é fascistas como foi largamente propagandeado por setores petistas e aliados. Na contramão disso, Arantes glosa a argumentação de Rodrigo Nunes¹⁴, mais especificamente àquela que concerne a figura emblemática do que ficou conhecido como “Batman no Leblon”, vídeo que viralizou na internet, e que dizia respeito a um sujeito evangélico do subúrbio carioca, assíduo frequentador das manifestações desde Junho, e que, ficara conhecido em 2014 em uma manifestação autoconvocada no Leblon cujo mote era o dos rolezinhos criminalizados nos shoppings. A questão chave aqui, é que essa personagem, nomeadamente Eron Moraes e Melo fora acossado por um cineasta petista que não só o acusara de fascista, mas também de representar um “agente do imperialismo” simplesmente pelo fato de que sua veste era a do personagem de quadrinhos e que mais interessante seria se estivesse de Saçi (sic). Junto a eles estava também fotógrafa olavista que o via como comunista e uma TV francesa cobrindo o acontecimento que basicamente malogrou, não fosse essa cena tipicamente tropicalista, conforme observa Rodrigo Nunes. Tudo gira em torno da questão: o homem que manifestava era de esquerda ou de direita? A repercussão do manifestante foi tanta que mesmo o jornal Folha de São Paulo deu voz ao personagem, em seguida, nos idos de 2015 Eron apoiou as manifestações pró-impeachment do Rio, candidatou-se fracassadamente a câmara municipal, declarou voto em Bolsonaro, e em 2017 rompeu com a família do capitão, afastando-se da política (NUNES, 2022,p. 194). O destino do Batman do Leblon é objeto de reflexão de Nunes, e que Arantes se apoia, qual seja: “mais difícil é assumirmos que identidades não estão dadas, mas se formam de maneira recursiva a partir dos estímulos disponíveis ao seu redor; que as pessoas não são isso nem aquilo, elas se tornam”(NUNES, 2022, p.195). Quais foram os estímulos encontrados nas ruas que fizeram com que Eron, um homem “sem experiência política pregressa”, mas que encontrou inicialmente na esquerda um espaço para exprimir uma “indignação que, se era confusa, não deixava de ser sincera” (NUNES, 2022, p. 194), apoiasse Bolsonaro, para depois se afastar definitivamente da política? Os estímulos foram os piores possíveis, enquanto a esquerda institucional e a anticapitalista (autônoma) corriam cada uma para um lado, “priorizando uma disputa interna a seu próprio campo”(Nunes,

14 Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição (2022)

2022, p. 195), o que víamos era a extrema direita sendo gerida nos estilhaços dessa maré e que tinha como sempre se soube, “a simpatia da mídia e de interlocutores institucionais para impulsionar sua mensagem”(Nunes, 2022, p. 195), lembremos que mesmo o nome Movimento Brasil Livre (MBL) fora a cópia, mas com sinal contrário de Movimento Passe Livre (MPL).

É neste laboratório de experimentação da extrema direita que nos encontramos. Com a argumentação de Nunes em mente, continua nosso autor. Acresce nos idos de junho a figura não menos emblemática e sinistra do “cidadão de bem” que também não é nova no chão social brasileiro, mas que ganha feições inéditas. Se ora aquele encontrava-se acossado pelo “politicamente correto”, na esteira da pandemia a sensação de sitiamento acirrava-se com o “fica em casa”. A novidade deste personagem da jovem guarda é que assim como o Batman do Leblon, eles também se manifestam, revoltam-se, indignam-se, fazem atos. Assim como o MPL, também não aceitam mais serem governados como vinham sendo. Isabela Kalil¹⁵ de quem Arantes acompanha o argumento, nos diz que na disputa do cabo de guerra que se abriu em Junho, o “cidadão de bem” puxava cada vez mais para o seu lado, no entanto, na medida em que guerreavam (sim eles sabem que se trata de guerra), reconfiguravam-se, transformando-se na figura do “patriota”. Cá estamos, dirá Arantes, por “um triz e um por tiro” (Arantes, 2022, p.126). Desde aquele tempo, “nós” os progressistas seguimos puxando o cabo para o mesmo lado de sempre, com os velhos rituais em torno do diálogo, “apegados ao realismo esclarecido”, a moderação, e que no limite soa conivente com as últimas duas décadas de gestão do “governo de vida danificada”(Arantes, 2022, p. 126). Qual a novidade do outro lado da Esfinge? Ao guerrearem, partiam de uma “percepção de uma ameaça existencial iminente” (Kalil apud Arantes, p. 126) vindas da hidra de muitas cabeças: gays, lésbicas, travestis, esquerdistas etc, e que deveriam ser combatidas pela raiz, pelo cidadão de bem, pelo patriota e fazendo o que tem de ser feito; Política. Aqui, entramos talvez no ponto de alto de contribuição do nosso autor, que é como ele compreender a política. Baseando-se nas obras de Grag Gandin, mas fundamentalmente de Karl Mannheim, Arantes está às voltas do motivo que levava centenas de milhares de pessoas a ocuparem por dias as ruas, fazendo de Junho a maior manifestação de massa do país, sem que tenha sido organizado por uma organização de massa. Seguindo a pista destes autores, Arantes nos diz que “não eram *ideias*, ou interesses materiais que moviam aqueles homens e mulheres para o tudo ou nada, mas uma certa energia que brotava do ‘abismo do espírito’”, formava-se assim, “um quadro de tensões que transcendiam a vida cotidiana e que por isso mesmo, ao entrar em cena aberta, se tornavam reagentes explosivos a ponto de fazer mesmo o ‘impossível nascer do possível’.” (Arantes, 2022, p. 131). Toda essa energia negativa, se é que ainda podemos chamar assim, quando examinada por Gandin, nos seus estudos sobre a América Latina foi soterrada durante as inúmeras ditaduras que se

15 KALIL, Isabela. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Relatório de Pesquisa, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

abateram nesta região “extirpando a imaginação e a memória da gente comum e a sua desigual distribuição de desgraça (...) eliminando o encaminhamento das expectativas humanas.”(Arantes, 2022, p. 132). A novidade no entanto, é que neste fim de linha apocalíptico em que nos arrastamos, é que aquela espiritualização da política, nos termos colocados pelo nosso autor, aparece com o sinal contrário. Nas palavras de Arantes e acompanhando o argumento de mais um pesquisador: “devemos a extrema direita bolsonarista a redescoberta tardia, já a beira do precipício, de que a política é antes de tudo ‘uma arena de produção de desejos, de formulação de demandas, de construção de identidades, de ampliação de expectativas, de disputa de visões de mundo’ (Lago, apud Arantes, 2022, p. 132).

Ora se retomarmos aquele fio puxado pelo “isso”, isto é, anos de governabilidade da vida danificada; para o “isso” do presente, composto pelos mandos e desmandos do “porão da ditadura” para usar outra expressão de Arantes sobre Bolsonaro, veremos que “o ninho no qual o ovo da serpente fazia tempo chocava”, “encontrava-se no topo, no alto do comando de uma outra ‘baderna’, como se o regime bolsonarista de poder antecedesse Junho, que poderíamos entender então como uma Contraofensiva preventiva” (Arantes,2022, p.129) e que as operações pacificadoras, vulgo chacinas, davam sinais. Em Junho de 2013, entramos em uma nova fase da vida danificada, sob a percepção objetiva de que o mundo está desabando e de que não há espaço para todos, a extrema direita passava cada vez mais a ampliar o front, “comigo ninguém ficará para trás” dirá Bolsonaro repetidas vezes. Sob a ameaça de um perigo iminente como lembrara Kalil, os cidadãos de bens, conheceram “o êxtase do empoderamento propiciado pela chance histórica de partir para o ataque” (Arantes, 2022, p. 128). O que no entanto, entra de novo é que o público-alvo do bolsonarismo (e na falta de um nome melhor, como recorda Arantes) não se limita apenas ao “povo sofrido” de que fala o homem de meia idade do filme que comentamos no início. Neste tempo do mundo, a guerra civil entra em uma nova fase, “a novidade agora é a ampliação do front dessa guerra fundadora da nação (...) incluindo as elites ilustradas e progressistas que desde sempre posaram de demiurgos da nação” (Arantes, 2022, p. 128).

O argumento é provocativo, como é de praxe, e certo em igual medida. Nosso autor, baseia-se no ensaio do pesquisador Pedro Rocha de Oliveira *As razões do negacionismo* (2021) em que o autor busca desrecalar o sentido histórico-econômico e social deste “nós” de que destacamos no início deste trabalho. O ensaio compõem o posfácio de do livro *O discurso filosófico da acumulação primitiva*¹⁶, em que o autor recorre a alguns dos principais nomes que substanciam o imaginário moderno e que são de muito feitio à esquerda progressista de Marx à contemporaneidade, entre eles Francis Bacon, Thomas More e Thomas Smith. O argumento central do(s) texto(s) é o de que ainda que Marx tenha no célebre capítulo sobre a acumulação originária

16 E que será lançado em breve pela editora Elefante.

exposto a violência que a modernidade impôs para se fazer nascer, poucos foram os trabalhos que levaram às últimas consequências o argumento, de modo que, de maneira mais ou menos escancarada, apesar de nos encontrarmos sob o “tempo do fim”¹⁷, para usar uma expressão recorrente em Arantes, a esquerda segue com profunda simpatia pelo progresso como se a modernidade, nome filosófico para o capitalismo, tivesse gerado algo bom para as pessoas comuns. O trabalho de Oliveira busca, estimular a imaginação daquele que lê “libertando-se do ideário moderno, através da lembrança de algumas boas razões para odiá-lo”¹⁸. Do texto de Oliveira, interessa a Arantes o fato de que ele expressa um dos argumentos “mais originais acerca da implosão da ilustração Brasileira” (Arantes, 2022,p. 127) pois coloca uma pá de cal nas pretensões modernizantes das elites letradas brasileiras, além disso, e é isso que mais nos interessa por ora, Oliveira desfaz a ideia de uma “gente comum”, de um “nós” que estava em compasso ou mesmo que desejava a formação dos estados nacionais entre o século XVII e XVIII. Deste “nós”, Oliveira subtrai a figura do intelectual, setor social fundamental na alvora do capitalismo e que tinha um recorte de classe muito específico à ser desrecolado¹⁹. A novidade de que levanta Arantes, inspirando-se em Oliveira, é que esses mesmos intelectuais que ajudaram formar o nosso imaginário moderno de nação, encontram-se também sob a mira dos patriotas, mas fundamentalmente na mira de um processo histórico de que ajudaram a construir. Como sair? Até mesmo o rei que fora solto não tem ideia, impressiona (a quem?) a esquerda progressista que insiste nos caminhos que nos trouxeram até aqui. Enquanto os patriotas seguem em guerra, ocupando cada vez mais corações e mentes, seguimos apostando em um “nós” abstrato, de classe e que confia no rei.

Referências

- ARANTES, Paulo. *Depois de junho a paz será total*. O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência, 2014.
- ARANTES, Paulo. *Antes que seja tarde demais: de Junho a outubro* in: Revista Margem esquerda. Boitempo editorial. 2022. p. 122-137.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. Editora Companhia das Letras, 2018.
- HOOKS, Bell. *Política feminista: um comentário* in: *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Editora Elefante, 2019. p.218-229.
- NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. Ubuntu: São Paulo, 2022.

17 A expressão, que também é conceitualizada é de Günter Anders e que poderá ser desenvolvida na ocasião da apresentação.

18 Consta na primeira página do livro a ser lançado.

19 Há uma resenha em andamento a respeito do livro de Pedro Rocha da qual estamos nos referindo, onde o argumento será melhor desenvolvido.

OLIVEIRA, Pedro Rocha. *As razões do negacionismo: guerra civil e imaginário político moderno*.
Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, UnB, v.9, n.3, 10 dez. 2021.

SCHWARZ, Roberto. *A Rainha Lira*. Editora 34. 2022.